Publicado em 26/05/2022 - 05:54

Câmara aprova projeto que limita ICMS sobre combustível e energia

COMBUSTÍVEIS, ENERGIA E OUTROS

Deputados aprovam teto ao ICMS

Por 403 votos a favor, 10 contrários e duas abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite texto-base do projeto de lei complementar que fixa teto de 17% para a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, gás natural, telecomunicações e transporte coletivo. Até o fechamento desta edição, destaques apresentados (tentativas de mudar trechos do texto final) ainda não tinham sido apreciados.

O projeto prevê, até 31 de dezembro de 2022, compensação paga pelo governo federal a Estados e municípios quando houver perda global de arrecadação com o tributo superior a 5%. Essa medida inclui um gatilho temporário, que deixará de valer depois de seis meses, em espécie de "período de transição".

O deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), relator do projeto, disse que a compensação a Estados e municípios será feita por meio de abatimento da dívida desses entes com a União. Segundo Nascimento, não há cálculos sobre quanto custaria à União compensar a perda arrecadatória, o que poderia esbarrar no teto de gastos.

A proposta tem o apoio do presidente da República, Jair Bolsonaro, que tem se mostrado crítico às ações da Petrobras e seus aumentos de combustíveis, diante de um cenário em que busca a reeleição. Na terça-feira, o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), autor do projeto, disse que a proposta poderia levar a uma redução de até 12% no valor final da gasolina e de 11% no da energia elétrica, itens que pressionam a inflação.

Governadores

Com a aprovação na Câmara, governadores traçam estratégia para abrir diálogo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tentativa de barrar a votação da proposta na Casa. Na avaliação dos secretários estaduais de Fazenda, a iniciativa não resolve o problema dos preços.

Caso o projeto receba o aval dos senadores também, Estados vão trabalhar para adiar a entrada em vigor da nova alíquota. Em reunião virtual do Fórum dos Governadores, realizada na segunda-feira, para discutir a votação do projeto, uma das propostas apresentadas foi buscar o apoio do Colégio dos Procuradores-Gerais dos Estados para judicialização da matéria com base em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) que fixou para 2024 a entrada em vigor de decisão da Corte que considerou a energia elétrica bem essencial e que, portanto, o ICMS não poderia incidir com as alíquotas mais elevadas.

Governadores também estudam a possibilidade de o Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) elaborar nova proposta de convênio para a regulamentação da lei que fixou alíquota uniforme do ICMS do diesel. A regulamentação feita pelos Estados é alvo de ação da Advocacia-Geral da União (AGU). Pelos cálculos dos Estados, o congelamento do preço de pauta dos combustíveis, medida adotada desde novembro de 2021, gerou perda de R$ 16,1 bilhões, com previsão de alcançar R$ 37 bilhões até o fim do ano.

– Estão perdidos. A ideia do tal gatilho é outra esquisitice. É recibo do tamanho de um bonde mostrando que o texto todo é um grande equívoco – disse o secretário de Fazenda de São Paulo, Felipe Salto.

Para ele, a proposta é "remendo novo em tecido velho":

– Não resolve nada e cria complexidade. ICMS é matéria estadual. Só o Senado é que, sim, tem certa ingerência, mas só nas alíquotas interestaduais.

Na sua avaliação, o projeto não tem salvação e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) está sendo desrespeitado. Os Estados defendem o uso dos dividendos recebidos pelo governo federal do lucro da Petrobras para bancar um subsídio transparente para mitigar o impacto dos preços altos.

Para Salto, o Executivo federal pode fazer crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que atrela o crescimento das despesas à inflação), para bancar o subsídio diante dos efeitos da guerra da Rússia com a Ucrânia. De janeiro de 2019 (início do governo Bolsonaro) a março deste ano, a Petrobras já injetou nos cofres federais R$ 447 bilhões, levando-se em conta, além dos dividendos, os impostos e os royalties pagos.

– É a União quem mais ganha dividendo com os preços altos – lembrou o secretário.

Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski gravou vídeo apelando aos prefeitos a ligarem aos congressistas para impedir a votação. O dirigente alertou aos prefeitos que perderão R$ 45 bilhões de arrecadação nos próximos anos.

GZH
Mais notícias de economia em gzh.rs/gzheconomia

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.